



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATORIO DO AUDITOR	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	13
3. GESTÃO DE RISCO	16
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	22
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	24
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS	25
7. CONTAS A RECEBER	25
8. INVESTIMENTOS	27
9. IMOBILIZADO	29
10. INTANGÍVEL	33
11. FORNECEDORES	33
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	34
13. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS	37
14. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	38
15. TRIIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	39
16. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	39
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	40
19. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	40
20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	41
21. RESULTADO FINANCEIRO	41
22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	43

23.	RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO.....	44
24.	TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA.....	44
25.	COBERTURA DE SEGUROS	44

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A (“Companhia” ou “IBH SV”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A IBH SV é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada, distribuída em 75 aerogeradores. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo. O parque eólico iniciou a operação comercial em sua totalidade em agosto de 2024.

O empreendimento está localizado nos municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, todos no estado da Bahia.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH SV trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH SV, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo

apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e aos Acionistas da
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.5.1 foram auditadas por

outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 12 de Maio de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos		Controladora		Consolidado		Passivos		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	118	243	50.090	10.083	Fornecedores	11	1	5	20.528	52.731
Contas a receber	7	-	-	11.540	8.956	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	18.908	20.967
Dividendos a receber		29	29	-	-	Contas a pagar a partes relacionadas	13	-	-	1.557	1.013
IRPJ e CSLL a recuperar		645	-	649	-	IRPJ e CSLL	14	-	-	2.595	-
Tributos a recuperar		-	577	7	1.054	Tributos e obrigações trabalhistas	15	-	-	1.209	2.682
Despesas antecipadas		-	-	-	2.661	Encargos regulatórios		-	-	-	1.342
Estoque		-	-	12	-	Total do passivo circulante		1	5	44.797	78.735
Total do ativo circulante		792	849	62.298	22.754	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	12	-	-	531.107	548.475
Realizável a longo prazo						Provisão para desmobilização de ativos	16	-	-	9.131	7.362
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	3.867	22.268	IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	773	-
		-	-	3.867	22.268	Fornecedores	11	-	-	75.715	-
						Total do passivo não circulante		-	-	616.726	555.837
Investimentos	8	612.449	636.142	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	9	-	-	1.163.322	1.173.269	Capital social	17	685.717	678.050	685.717	678.050
Intangível	10	-	-	45.276	53.267	Prejuízos acumulados		(72.477)	(41.064)	(72.477)	(41.064)
Total do ativo não circulante		612.449	636.142	1.212.465	1.248.804	Total do patrimônio líquido		613.240	636.986	613.240	636.986
Total do ativo		613.241	636.991	1.274.763	1.271.558	Total do passivo e patrimônio líquido		613.241	636.991	1.274.763	1.271.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	18	-	-	162.044	98.575
Custo de venda de energia elétrica	19	-	-	(125.809)	(101.112)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	36.235	(2.537)
Despesas gerais e administrativas	20	(6.317)	(49)	(9.365)	(1.608)
Resultado com participações societárias	8	(25.177)	(33.964)	-	-
(Prejuízo) lucro operacional		(31.494)	(34.013)	26.870	(4.145)
Receitas financeiras	21	81	198	4.770	5.641
Despesas financeiras	21	-	-	(54.595)	(30.196)
Resultado financeiro		81	198	(49.825)	(24.555)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(31.413)	(33.815)	(22.955)	(28.700)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	6	(7.685)	(5.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(773)	-
Prejuízo do exercício		(31.413)	(33.809)	(31.413)	(33.809)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				(0,05)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(31.413)	(33.809)	(31.413)	(33.809)
Outros componentes do resultado abrangente	-	38	-	38
Total do resultado abrangente	(31.413)	(33.771)	(31.413)	(33.771)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	627.144	(7.255)	(39)	619.850
Integralização de capital	50.906	-	-	50.906
Outros resultados abrangentes	-	-	39	39
Prejuízo do exercício	-	(33.809)	-	(33.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	678.050	(41.064)	-	636.986
Integralização de capital	7.667	-	-	7.667
Prejuízo do exercício	-	(31.413)	-	(31.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	685.717	(72.477)	-	613.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING SV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(31.413)	(33.809)	(31.413)	(33.809)
Ajustes de receitas e despesas					
Impostos de renda e contribuições sociais		-	-	8.458	-
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	52.899	38.168
Amortização de ativo de direito de uso		-	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	6.435	-
Resultado com participações societárias	8	25.177	33.964	-	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	(2.160)	-
Baixa de ágio	8	6.249	-	-	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	12	-	-	40.282	21.258
Atualização financeira de provisão de desmobilização	16	-	-	632	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber	7	-	-	(2.584)	(4.473)
Contas a receber de partes relacionadas	13	-	1	-	-
Tributos a recuperar		(68)	90	398	(368)
Estoque		-	-	(12)	-
Despesas antecipadas		-	-	2.661	(157)
Outras contas a receber		-	-	-	11
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores	11	(4)	(3)	6.944	(4.556)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	(4.812)	544	(4.327)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		1	(225)	(1.249)	4.980
Outras contas a pagar		-	-	1.137	1
Encargos regulatórios		-	-	(1.342)	52
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(58)	(4.794)	81.630	16.780
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(42.192)	(43.776)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	-	(5.314)	(3.730)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(59)	(4.794)	34.124	(30.726)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	5.122	-	2.979
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	(4.828)	(55.658)
Integralização de capital em controladas	8	(7.861)	(53.058)	-	-
Redução de capital em controladas		128	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.733)	(47.936)	(4.828)	(52.679)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Resgate de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	20.561	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(17.517)	(15.995)
Integralização de capital		7.667	50.906	7.667	50.906
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		7.667	50.906	10.711	34.911
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(125)	(1.824)	40.007	(48.494)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		243	2.067	10.083	58.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		118	243	50.090	10.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“Companhia” ou “IBH SV”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de julho de 2021, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e é controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“IBH IV”) e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

1.2 Relação de entidades controladas

A Companhia possui como investidas as Sociedades de Propósitos Específicos (“SPEs”) abaixo que fazem parte do Complexo São Vitor, estão localizadas em Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, estado da Bahia, e possuem o propósito específico de geração de energia eólica.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/2025	31/12/2024		
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. (“VSV”)	-	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 02” ou “VT02”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 04” ou “VT04”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 05” ou “VT05”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 06” ou “VT06”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 08” ou “VT08”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 09” ou “VT09”)	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 10” ou “VT10”)	100%	100%	Geração de energia	Direto

As Controladas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física – MWm	Início da autorização	Fim da autorização
VT 02	Ventos de São Vitor 02	BA	32	16	03/11/2020	02/11/2055
VT 04	Ventos de São Vitor 04	BA	32	15,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 05	Ventos de São Vitor 05	BA	32	16,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055
Total			236,8	118,3		

A Companhia juntamente com suas controladas diretas, é referida como “Grupo” ao longo das demonstrações financeiras.

1.3 Contratos de energia

O Complexo Eólico Ventos de São Vítor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão (“CEMIG”). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes.

No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vítor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste – BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto.

1.4 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$791 na Controladora e R\$17.501 no Consolidado (positivo em R\$844 na Controladora e negativo em R\$55.981 no Consolidado em 31 dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	792	849	62.298	22.754
Total do passivo circulante	1	5	44.797	78.735
Capital circulante líquido	791	844	17.501	(55.981)

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$72.477.

As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital.

No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico.

Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.5 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro

O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado.

O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes.

1.5.1 Reclassificação de cifras comparativas

Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações dos valores relativos à amortização da mais valia (vide nota explicativa nº 08) nas Demonstrações do Resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo.

Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

Controladora				
	Nota	31/12/2024	Reclassificações	31/12/2024 (Reclassificado)
Receita líquida de vendas	18	-	-	-
Custo de venda de energia elétrica	19	-	-	-
Resultado bruto		-	-	-
Despesas gerais e administrativas	20	(879)	830	(49)
Resultado com participações societárias	8	(33.134)	(830)	(33.964)
Prejuízo operacional		(34.013)	-	(34.013)
Receitas financeiras	21	198	-	198
Despesas financeiras	21	-	-	-
Resultado financeiro		198	-	198
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(33.815)	-	(33.815)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	6	-	6
Prejuízo do exercício		(33.809)	-	(33.809)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal

dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas

Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo.

2.2.1.1 Arrendamentos

O Grupo reconhece, em concordância com o CPC 06 – Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados.

O Grupo possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9 - Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 10 - Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 9 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- **Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de

geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente.

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e

depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	118	16	12	20	8	24
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	47.400	6.371	4.778	7.964	3.186	9.557
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	3.867	520	390	650	260	780
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(555.069)	(22.480)	(16.860)	(28.100)	(11.240)	(33.720)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras (“*covenants*”), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$118 (R\$243 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$50.090 (R\$10.083 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora	
	Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	1	1
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	5	5

	Consolidado				
	Vencimentos				
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	20.528	47.207	28.508	-	96.243
Empréstimos e financiamentos	52.505	105.385	107.542	606.890	872.322
Contas a pagar a partes relacionadas	1.557	-	-	-	1.557
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	52.731	-	-	-	52.731
Contas a pagar a partes relacionadas	1.013	-	-	-	1.013
Encargos regulatórios	1.342	-	-	-	1.342

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas e encargos regulatórios.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	550.015	569.442
(-) Caixa e equivalente de caixa	(50.090)	(10.083)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(3.867)	(22.268)
Dívida líquida	496.058	537.091
Total do patrimônio líquido	613.240	636.986
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	1.109.298	1.174.077
Índice de alavancagem financeira - %	45%	46%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar.

Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade

definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores.

Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente.

Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Risco de impairment

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 (“Imobilizado”).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um

derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	118	243	50.090	10.083
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	3.867	22.268
Contas a receber	-	-	11.540	8.956
Dividendos a receber	29	29	-	-
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	1	5	96.243	52.731
Empréstimos e financiamentos	-	-	550.015	569.442
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	1.557	1.013
Encargos regulatórios	-	-	-	1.342

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	-	1	2.690	32
Recursos em aplicações financeiras (i)	118	242	47.400	10.051
Total	118	243	50.090	10.083

(i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	3.867	22.268
Total	3.867	22.268

(i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas (SPEs) que possuem financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para

perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia (i)	11.540	8.956
Total	11.540	8.956

- (i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos *Power Purchase Agreements* (“PPAs”) junto à CEMIG das controladas São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 08 e São Vitor 10. O contrato foi feito conforme condições negociadas entre as partes e prevê a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à CEMIG, as controladas efetuaram vendas de energia para outras comercializadoras.

Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	11.236	8.956
Vencidos de 1 a 30 dias	69	-
Vencidos de 31 a 90 dias	235	-
Total	11.540	8.956

8. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação dos investimentos

	VSV	São Vitor 02	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	6.934	81.219	80.590	83.286	77.952	82.384	78.792	113.855	605.012
Equivalência patrimonial	(363)	(5.345)	(4.286)	(2.612)	(2.589)	(7.138)	(3.485)	(7.315)	(33.133)
Integralização de capital	-	3.600	7.400	9.636	3.500	14.086	12.336	2.500	53.058
Redução de capital	-	38	-	-	-	-	-	-	38
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	11.997	-	-	-	11.997
Contrato de autorização	-	(160)	(154)	(69)	(86)	(138)	(120)	(103)	(830)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.571	79.352	83.550	90.241	90.774	89.194	87.523	108.937	636.142
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Saldos em 01 de janeiro de 2025	6.571	79.352	83.550	90.241	90.774	89.194	87.523	108.937	636.142
Equivalência patrimonial	(192)	(5.440)	(5.837)	(547)	1.851	(5.017)	(1.562)	(6.981)	(23.725)
Contrato de autorização	-	(213)	(205)	(208)	(207)	(206)	(206)	(207)	(1.452)
Integralização de capital	-	125	-	1.743	357	1.590	795	3.251	7.861
Redução de capital devido extinção	(128)	-	-	-	-	-	-	-	(128)
Outros	(2)	2	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de ágio (i)	(6.249)	-	-	-	-	-	-	-	(6.249)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	73.826	77.508	91.229	92.775	85.561	86.550	105.000	612.449

- (i) A baixa de ágio refere-se ao valor relativo à parcela não alocada da aquisição da controlada Ventos de São Vitor Energias Renováveis Ltda que foi extinta no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

Em 31 de dezembro de 2025	VSV	São Vitor 02	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10
Balanco patrimonial resumido								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	-	5.634	6.638	11.135	13.341	5.734	10.729	8.324
Ativo não circulante	-	158.179	155.623	159.097	157.600	159.583	158.104	219.529
Passivo circulante	-	6.705	6.476	5.428	5.528	5.264	6.403	9.023
Passivo não circulante	-	89.623	84.560	80.508	79.063	80.679	81.999	120.292
Patrimônio líquido	-	67.485	71.225	84.296	86.350	79.374	80.431	98.538
Demonstração de resultado resumida								
Receita líquida de vendas	-	18.377	19.510	24.192	27.192	19.586	26.557	26.630
Lucro bruto	-	2.508	2.172	7.585	10.040	3.015	6.710	4.214
(Prejuízo) lucro do exercício	-	(5.440)	(5.837)	(547)	1.851	(5.017)	(1.562)	(6.981)
Em 31 de dezembro de 2024								
Balanco patrimonial resumido								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	134	2.919	3.858	2.783	3.804	2.444	2.522	3.471
Ativo não circulante	185	164.338	159.448	161.767	162.340	165.952	162.168	220.153
Passivo circulante	-	19.588	10.699	6.196	6.779	10.329	9.380	15.788
Passivo não circulante	-	74.869	75.544	74.754	75.223	75.266	74.612	105.567
Patrimônio líquido	319	72.800	77.063	83.600	84.142	82.801	80.698	102.269
Demonstração de resultado resumida								
Receita líquida de vendas	-	20.951	15.813	9.032	15.293	15.241	9.861	20.005
(Prejuízo) lucro bruto	(7)	174	1.034	(189)	497	(2.350)	688	(2.383)
Prjeuízo do exercício	(364)	(5.345)	(4.286)	(2.612)	(2.589)	(7.138)	(3.485)	(7.315)

9. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação do Grupo se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de *impairment* utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (*Power Purchase Agreements*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Em relação a Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1).

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado					Total
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Desmobilização de ativos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.091.154	32	-	-	6	1.091.192
Adições	111.861	-	7.361	-	-	119.222
Depreciação	-	-	-	(37.066)	(79)	(37.145)
Transferências	(1.200.493)	-	-	1.198.510	1.983	-
Saldo contábil líquido	2.522	32	7.361	1.161.444	1.910	1.173.269
Custo	2.522	32	7.361	1.198.510	2.289	1.210.714
Depreciação acumulada	-	-	-	(37.066)	(379)	(37.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.522	32	7.361	1.161.444	1.910	1.173.269
Adições	3.691	-	1.137	-	-	4.828
Depreciação	-	-	(567)	(50.674)	(68)	(51.309)
Baixas	(2)	(32)	-	-	-	(34)
Transferências	(151)	-	-	151	-	-
Outros (i)	(6)	-	-	36.574	-	36.568
Saldo contábil líquido	6.054	-	7.931	1.147.495	1.842	1.163.322
Custo	6.054	-	8.498	1.235.235	2.007	1.251.794
Depreciação acumulada	-	-	(567)	(87.740)	(165)	(88.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.054	-	7.931	1.147.495	1.842	1.163.322
Taxa média de depreciação	-	-	6,67%	4,10%	3,39%	

- (i) Na rubrica de “Máquinas, equipamentos e outros”, em função da conclusão das negociações do contrato com o fornecedor dos equipamentos, foram provisionados os montantes que reflitam os efeitos dessas negociações contratuais, na movimentação do imobilizado na rubrica “Outros”.

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. O Grupo registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes à combinação de negócios. O saldo das controladas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

Contratos de autorização

Os contratos de autorização são relativos à parcela alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020 para cada uma das empresas operacionais. A aquisição foi realizada pela IBH V, que em seguida cindiu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos.

Ágio

O ágio é relativo à parcela não alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020. Esse saldo é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

	Consolidado				
	Contrato de autorização	Servidões	Software	Ágio	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	45.606	176	117	7.676	53.575
Adição	-	143	573	-	716
Amortização	(830)	-	(195)	-	(1.025)
Saldo contábil líquido	44.775	319	496	7.676	53.267
Custo	45.605	319	690	7.676	54.292
Amortização acumulada	(830)	-	(195)	-	(1.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.775	320	495	7.676	53.267
Baixas (i)	-	(152)	-	(6.249)	(6.401)
Amortização	(1.452)	-	(138)	-	(1.590)
Saldo contábil líquido	43.323	168	357	1.427	45.276
Custo	45.605	168	690	1.427	47.891
Amortização acumulada	(2.282)	-	(333)	-	(2.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	43.323	168	357	1.427	45.276
Taxa média de amortização	3,18%	-	19,99%	-	

- (i) A baixa apresentada em ágio refere-se ao valor relativo à parcela não alocada da aquisição da controlada Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. que foi extinta no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Materiais e serviços	1	5	837	649
Compra de energia	-	-	7.381	996
Provisões de fornecedores (i)	-	-	12.310	51.086
	1	5	20.528	52.731
Não circulante				
Provisões de fornecedores (i)	-	-	75.715	-
	-	-	75.715	-
Total	1	5	20.528	52.731

- (i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (*Commercial Operation Date*), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos

possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) BNB

Em 27 de outubro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$548.073, parcialmente desembolsados durante os anos de 2022 e 2023. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre os juros básicos fixos).

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. A data de vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- São Vitor 02: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 04: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 05: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 06: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 08: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 09: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 10: recurso total de R\$103.689.

b) Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	18.908	20.967
	18.908	20.967
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	536.161	553.796
(-) Custo de captação	(5.054)	(5.321)
	531.107	548.475
Total	550.015	569.442

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Consolidado	
									31/12/2025	31/12/2024
VT02										
VT04										
VT05										
VT06	BNB	548.073	27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041	(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.	555.069	574.763
VT08										
VT09										
VT10										
								(-) Custo de captação de dívidas	(5.054)	(5.321)
									550.015	569.442

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	592.018	(5.580)	586.438
Provisão de juros	42.516	-	42.516
Atualização monetária	-	-	-
Amortização de custos de emissão de dívida	-	259	259
Liquidação do principal	(15.995)	-	(15.995)
Liquidação dos encargos	(43.776)	-	(43.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	574.763	(5.321)	569.442
Provisão de juros	40.015	-	40.015
Amortização de custos de emissão de dívida	-	267	267
Atualização monetária	-	-	-
Liquidação do principal	(17.517)	-	(17.517)
Liquidação dos encargos	(42.192)	-	(42.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	555.069	(5.054)	550.015

e) Composição por ano de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	18.908	20.967
2 anos	19.496	17.635
3 anos	21.591	19.496
4 anos	24.492	21.591
5 anos	26.400	24.492
Após 5 anos	444.182	470.582
Total	555.069	574.763

f) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

13. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com o Grupo, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Empresas	Natureza	Consolidado	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024
		Passivo circulante	Passivo circulante
São Vitor 01	Custo compartilhado	1.557	1.013
Total		1.557	1.013

(a) Impactos no resultado:

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
		Resultado	Resultado
São Vitor 02	Despesa de custo compartilhado	1.996	676
São Vitor 04	Despesa de custo compartilhado	1.987	673
São Vitor 05	Despesa de custo compartilhado	1.996	676
São Vitor 06	Despesa de custo compartilhado	1.996	676
São Vitor 08	Despesa de custo compartilhado	1.996	676
São Vitor 09	Despesa de custo compartilhado	1.996	676
São Vitor 10	Despesa de custo compartilhado	2.792	945
Total		14.761	4.998

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.079 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024).

Compartilhamento de custos

Serviços contratados para o Parque Eólica Ventos de São Vitor através da Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis, que são rateados por todas as SPEs do Parque de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

14. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	Consolidado
	31/12/2025
Circulante	
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	2.595
	2.595
Não circulante	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	773
	773
Total	3.368

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na nota explicativa nº 15.

15. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	1.932
PIS e COFINS a pagar	895	745
Outros tributos a pagar	314	5
Total	1.209	2.682

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados na nota explicativa nº 14.

16. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Política contábil

As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação do Grupo de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos.

Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-
Adições	7.362
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.362
Adições	1.137
Atualização financeira	632
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.131

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$702.500, dividido em 702.500.000 ações, sendo 685.717.000 ações integralizadas (678.050.000 ações integralizadas em 31 de dezembro de 2024).

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2024, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

31 de dezembro de 2025			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH IV	100%	702.500.000	685.717
Total	100%	702.500.000	685.717

31 de dezembro de 2024			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH IV	100%	702.500.000	678.050
Total	100%	702.500.000	678.050

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

Receita	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com energia (i)	1.061.533	165.156	698.243	98.752
Receita com energia CCEE	-	4.573	-	3.973
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(6.193)	-	(4.025)
(-) TFSEE	-	(1.492)	-	(125)
Total	1.061.533	162.044	698.243	98.575

- (i) A variação no volume sendo vendido ocorre pois, em 2024, as operações eram parciais tendo em vista a data da entrada em operação das SPEs.

19. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Custo de venda de energia elétrica	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (a)	39.961	37.683
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	16.946	16.311
Custo de operação (b)	68.902	47.118
Total	125.809	101.112

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	24.218	32.027
Custo de liquidação CCEE	15.743	5.656
Total	39.961	37.683

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	1.875	968
Manutenções, materiais e serviços de terceiros (i)	9.294	3.031
Prêmios de seguros	2.826	4.196
Arrendamentos e aluguéis	2.755	1.122
Depreciações e amortizações	51.447	37.339
Custos tributários	2	29
Outros custos	703	433
Total	68.902	47.118

- (i) Com a entrada em operação em 2024 das controladas, a rubrica de manutenções, materiais e serviços sofreu impacto da contratação de serviços de operação e manutenção.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	-	-	68	-
Materiais e serviços de terceiros	57	48	1.215	315
Arrendamentos e aluguéis	-	-	2	1
Prêmios de seguros	-	-	-	333
Despesas tributárias	-	-	-	58
Depreciações e amortizações	-	-	1.452	830
Baixa de ágio (i)	6.249	-	6.249	-
Outras despesas	11	1	379	71
Total	6.317	49	9.365	1.608

- (i) Vide nota explicativa nº 08.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	20	162	4.669	4.837
Tributos sobre receitas financeiras	(4)	(9)	(4)	(10)
Outras receitas financeiras	65	45	105	814
Total das receitas financeiras	81	198	4.770	5.641
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	-	-	(40.015)	(29.512)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	(267)	-
IOF	-	-	(48)	(289)
Comissões, garantias e fianças (iii)	-	-	(13.358)	-
Atualização financeira desmobilização	-	-	(632)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(275)	(395)
Total das despesas financeiras	-	-	(54.595)	(30.196)
Resultado financeiro	81	198	(49.825)	(24.555)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve capitalização de juros (R\$21.517 de juros capitalizados em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Outras despesas financeiras”.
- (iii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Juros sobre empréstimos e financiamentos”.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

Nas controladas, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo contábil antes dos impostos	(31.413)	(33.815)	(22.955)	(28.700)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(10.680)	(11.497)	(7.805)	(9.758)
Despesas permanentes não dedutíveis	2.601	225	2.601	-
Prejuízos fiscais	23	-	23	-
Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(10)	-	(10)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8.066	11.266	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	13.649	14.867
Encargo fiscal	-	(6)	8.458	5.109
Corrente	-	6	7.685	5.109
Diferido	-	-	773	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	6	8.458	5.109
Alíquota efetiva	-	0,02%	37%	18%

O saldo de prejuízo fiscal acumulado da Companhia é de R\$486 (R\$417 em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldo de diferenças temporárias acumuladas (R\$28 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos, na Controladora, relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

23. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado básico e diluído por ação		
Prejuízo atribuído aos acionistas	(31.413)	(33.809)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	682.746	682.662
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	(0,05)	(0,05)
Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$	(0,05)	(0,05)

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cancelamento de redução de capital	-	11.997
Provisões fornecedores	88.025	35.425
Juros capitalizados relativos a empréstimos	-	21.517
Provisão para desmobilização de ativos	9.131	7.362
	97.156	76.301

25. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3